

**A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO,
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLENCIA NA BAHIA**

José Cláudio Rocha¹

Luiz Carlos Rocha²

Denise A.B.F. Rocha³

"A melhor forma de prevenir e combater o fanatismo e o extremismo é defender os direitos humanos". (Françoise Tukkens).

"A Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para transformar o mundo!" (Nelson Mandela).

Resumo

O presente artigo apresenta o relato de experiências do Observatório da Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Violência, rede de pesquisa formada pela UNEB, UFBA e UCSAL no estado da Bahia. Apresenta os objetivos iniciais do projeto, a justificativa da proposta e a organização do trabalho integrando ensino, pesquisa e extensão. Relata a experiência com o fomento a produção acadêmica, a difusão do conhecimento e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) e iniciação científica, bem como o incentivo a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas da rede pública de educação básica, em especial, na formação continuada dos profissionais da educação em temas como Gênero, educação e diversidade, Educação em Direitos Humanos (EDH), Educação para a cidadania e mediação de conflitos e violência na escola. Relata também as experiência de mediação de conflitos como o ambiente escolar, a utilização de estratégias ligas a cultura, artes e economia criativa como forma de mobilizar os estudantes a refletir sobre sua situação e encontrar formas de resiliência social ou superação das adversidades encontradas no plano econômico, social e cultural. Mostra o alinhamento com as questões da efetivação dos direitos humanos e da responsabilização do Estado e de toda a sociedade com a construção da cidadania ativa de nossa população.

ABSTRACT

¹ Advogado e economista formado pela UFBA, pós-doutor em direito pela UFSC e mestre e doutor em educação pela UFBA. É o coordenador geral do OBEDHCV.

² . Licenciado em Educação Física pela UFBA, licenciado em Ciências Sociais pela UFBA. Mestre e doutor em educação pela UFBA. Pesquisador do OBEDHCV

³ Pedagoga, mestre e doutora em educação pela UFBA. Pesquisadora do OBEDHCV.



This study presents the experience report of the Centre of Education, Human Rights, Citizenship and Violence, research network formed by UNEB, UFBA and UCSAL universities from Bahia state in Brazil country. It presents the initial goal of the project, the justification of the proposal and the organization of work integrating teaching, research and extension. One Reports the experience with the promotion of academic research, the dissemination of knowledge and training of human resources at the level of postgraduate (Masters and PhD) and scientific research bigining, and encouraging the link between post-graduate, undergraduate and schools public basic education, especially in the continuing training of professional education on topics such as gender, education and diversity, Human rights education (HRE), education for citizenship and mediation of conflicts and violence at school. also reports the mediation experience conflict as the school environment, the use of strategies alloys culture, arts and creative economy as a way to mobilize students to reflect on their situation and find ways to social resilience and overcoming adversity encountered in the economic, social and cultural plan. Shows alignment with the issues of realization of human rights and accountability of the state and the whole society with the construction of active citizenship of our population.

1. INTRODUÇÃO

O relato de experiências é uma das formas contemporâneas de produção e difusão do conhecimento onde os sujeitos podem expressar suas vivências, valorizando as diferentes formas de saberes, integrando conhecimento acadêmico formal com a produção de conhecimento em toda a sociedade. Serve também para transformar conhecimento tácito (fruto da experiência e vivência das pessoas) em conhecimento exposto (sistemizado em relatórios de pesquisa, artigos científicos entre outra forma de produção do conhecimento). É ainda uma forma de difusão de socialização do conhecimento tornando os sujeitos da pesquisa coprodutores do conhecimento. É com este propósito que apresentamos aqui o relato de nossa experiência com o Programa Observatórios da Educação (OBEDUC) da CAPES/INEP, no período de 2013 a 2015, que foi apresentada no I Colóquio Nordeste dos projetos OBEDUC.

2. O OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA (OBEDHCV)

O Observatório da Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Violência (OBEDHCV) nasceu de uma articulação em rede interdisciplinar e colaborativa formada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através do Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) e do Mestrado Profissional



em Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação (GESTEC); da Universidade Federal da Bahia (UFBA), através do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação da FAGED/UFBA; e da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), através do programa de mestrado em Políticas Públicas e Cidadania, envolvendo estudantes da pós-graduação [mestrado e doutorado], bolsistas de iniciação científica e extensão.

Com a implantação dos núcleos nas universidades, o OBEDHCV passou a agregar também professores investigadores da rede pública de educação básica [estadual e municipal], profissionais de justiça e segurança pública, militantes de direitos humanos e estudantes universitários interessados em desenvolver estudos em direitos humanos e responsabilidade do Estado com a cidadania, assim como refletir sobre a violências que atinge a toda a população, em especial, as escolas e colégios públicos.

O OBEDHCV teve como objetivo geral fomentar a produção acadêmica, a difusão do conhecimento e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) e iniciação científica, bem como incentivar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas da rede pública de educação básica, em especial, na formação continuada dos profissionais da educação em temas como Gênero, educação e diversidade, Educação em Direitos Humanos (EDH), Educação para a cidadania e mediação de conflitos e violência na escola.

Como objetivo específico o Observatório desenvolveu pesquisas básicas e aplicadas, de cunho científico e tecnológico, voltadas para a aplicação de medidas de gestão e acompanhamento, voltadas para o desenvolvimento de planos, programas e projetos, formação dos profissionais que atuam na educação básica e na educação superior e intervenção nos processos educacionais, a exemplo de políticas públicas, boas práticas, desenvolvimento de materiais didáticos e instrucionais sempre voltado para a tríade: direitos humanos – cidadania – combate a violência no ambiente escola.

Nesse aspecto, além das pesquisas individuais executadas pelos bolsistas dos projetos e orientadas pelos coordenadores do programa, o OBEDHCV desenvolveu uma pesquisa interinstitucional e interdisciplinar sobre a representação social dos direitos humanos, da cidadania e da violência, no ambiente de comunidades de escolas públicas de ensino médio da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Diante das dificuldades de aplicação de uma pesquisa em larga escala, cada núcleo optou por desenvolver o estudo

da tema a partir de suas convicções epistemológicas e metodológicas e os resultados foram apresentados na forma de livros, artigos e seminários científicos. Do ponto de vista lógico metodológico, essa foi uma questão importante porque em matéria de ciências sociais um conhecimento pode ser assim “validado” na medida em que grupos diferentes chegam a resultados coincidentes em termos de pesquisa.

Por estimular as metodologias participativas, o OBEDHCV teve ainda um forte viés de pesquisa-extensão com a realização de atividades de formação para profissionais da rede de educação básica como cursos de aperfeiçoamento, oficinas, workshops, seminários, conferências, palestras, articulando o saber científico com o saber popular das comunidades envolvidas com foco no empoderamento das comunidades (*Empowerment*) e prestação de contas dos gestores públicos (*accountability*). Vale a pena ressaltar que em trabalho como esse, em que se defende a educação articulada com a formação para cidadania e os direitos humanos, a realização de atividades de formação faz parte de todo o processo. Em síntese, formação permanente e pesquisa andam lado a lado.

O OBEDHCV objetivou ainda atuar como ator social em espaços políticos, acadêmicos e científicos voltados para a formação da política nacional e local de educação em direitos humanos como conferências, fóruns, comitê de educação em direitos humanos, reuniões técnicas do MEC/SECADI e MEC/SESU, CAPES/INEP, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria de Educação do Estado da Bahia e Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), órgãos responsáveis pela articulação das políticas de educação para a cidadania e direitos humanos nacional e local.

Por fim atuou no monitoramento da implementação e execução de planos e programas nacionais como o Plano Nacional de Educação Direitos Humanos (PNEDH), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) 3, o Plano Nacional de Educação (PNE) e às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e dos planos estaduais como o Plano de Direitos Humanos da Bahia e Plano de Educação em Direitos Humanos da Bahia. Dito isso, nas próximas páginas enfocaremos mais os aspectos epistemológicos e metodológicos do trabalho realizado até aqui.

3. ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA, EXTENSÃO, ENSINO E INOVAÇÃO EDUCACIONAL NO OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO

3.1. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão com foco em práticas inovadoras na educação

3.1.1. A pesquisa

O emprego do vocábulo observatório tornou-se comum nos últimos tempos em referência a espaços destinados a investigação científica e monitoramento de políticas públicas. Em nosso caso, o OBEDHCV, além de constituir-se em uma rede envolvendo três universidades e a sociedade civil organizada, representou um espaço público para a produção e difusão de conhecimento, de forma colaborativa, social, solidária e participativa. Tanto, a pesquisa gerada individualmente pelos bolsistas do projeto, estudantes de pós-graduação e estudantes da iniciação científica, como os projetos coletivos do OBEDHCV, tinham por base a produção e difusão de conhecimento para toda a sociedade com foco em inovações das práticas educativas. O estímulo a criatividade e inovação foram permanente. Vale dizer que a criatividade não estava só no produto final, mas nos processos educacionais que estavam sendo elaborados.

Os métodos de pesquisa participativa e colaborativa sempre estiveram na ordem do dia. Métodos como a pesquisa-ação, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), entre outros forma utilizados para a construção de pesquisa mais sintonizadas com os interesses das comunidades atendidas. O Seminário Metodologias Participativas e Extensão em Comunidade (<http://participativas.blogspot.com.br/>), que já está na segunda edição, sintetiza o pensamento formulado pela rede a cada ano. A tabela 01 apresenta o número de trabalhos finalizados no período analisado.

TABELA 01 – TIPOS DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO OBEDHCV

Ordem	Tipo	Quantidade
01	Teses de doutorado	03
02	Dissertações de Mestrado	11
03	Iniciação Científica	06

Fonte: Relatório do OBEDHCV

O OBEDHCV parte do pressuposto de que o estudo de métodos participativos de diálogo com as comunidades faz parte do esforço acadêmico pela efetivação dos direitos humanos e cidadania em nosso país.

Os participantes da pesquisa são vistos não só como sujeitos do processo, mas como coprodutores do conhecimento, numa perspectiva de ecologia de saberes, onde se reconhece que existem diversas formas de conhecer o mundo (o conhecimento científico é uma delas) mas que não devem ser hierarquizadas. A pesquisa esteve vinculada aos programas de pós-graduação citados no item 02 do trabalho. Por fim, vale a importância da política pública dos Observatórios da Educação para os programas de pós-graduação, especialmente, os mestrados profissionais que precisam desenvolver pesquisa aplicada com foco na efetivação das políticas públicas.

3.1.2. A Extensão Universitária

A extensão é o locus privilegiado do diálogo com a sociedade, ela deixa de ser somente uma função da universidade, passando para uma forma proativa e ética de se fazer pesquisa e ensino, ou seja, mais uma vez produzir conhecimento em articulação com a sociedade. De fato se vê aqui a extensão como uma via de mão-dupla onde os estudantes, sejam da graduação ou da pós-graduação, são formados na relação direta com a sociedade. Cultiva-se a lógica da reciprocidade, se a educação pública garante o aprendizado de novas habilidades, há o retorno imediato para a sociedade, articulando-se aí a ideia de compromisso social ou Responsabilidade Social Universitária (RSU).

3.1.3. Ensino

Ensinar pela pesquisa e extensão é o princípio educativo do ensino superior. Em relação a pós-graduação stricto sensu o OBEDHCV vem contribuindo diretamente com a

disciplina Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos, oferecida anualmente, que recebe a cada período mais de duzentas inscrições de alunos especiais, principalmente de profissionais interessados em desenvolver seus trabalhos em suas respectivas instituições. Na pós-graduação *stricto sensu*, o OBEDHCV contribui com o curso de Gestão Pública em Direitos Humanos, realizado em parceria com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)⁴ e cursos de especialização em educação infantil, oferecido pela UFBA, com professores da rede pública de educação.

Na graduação, o OBEDHCV realizou também atividades de ensino nos cursos de pedagogia, direito, ciências contábeis entre outros. Através da iniciação científica estudantes bolsistas puderam ter bolsas do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB) e da própria UNEB para desenvolver seus trabalhos de pesquisa. Contribuiu ainda com projetos especiais da UNEB, UFBA e UCSAL, assim como com a integração da Educação em Direitos Humanos nos cursos de graduação das respectivas universidades, como orienta a Resolução nº 01 de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que institui as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos.

3.2. Educação em Direitos Humanos

Um dos objetivos centrais do OBEDHCV no período foi a difusão dos princípios e normas para a Educação em Direitos Humanos prevista no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em suas três versões, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, do CNE. Estudos recentes sobre as diversas formas de violência e as violações de direitos humanos ressaltam nas relações sociais intensos processos de discriminação étnico-raciais, de gênero, geração, orientação sexual, religiosas e culturais e àquelas ligadas às condições socioeconômicas e às opções político-ideológicas.

A convivência social no ambiente escolar pode não refletir a consciência e ação que tem por base os direitos humanos, do que decorrem relações conflitivas que conduzem à

⁴ O nome atual é Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

transgressão das civilidades até chegar aos atos de violência severos. Há muitas explicações para este fenômeno, mas todas fogem à afirmação dos direitos humanos nas relações sociais, ou seja, a uma cultura de direitos humanos. É verdade, como afirma Pino (2007), “o problema da violência está intimamente ligado ao problema das relações sociais, em que a existência do outro aparece como ameaça real ou imaginária à própria existência (física, social ou psicológica)”. Destaca-se, nesta proposta e, em primeiro lugar, a transgressão aos direitos civis na medida em que estes direitos estão relacionados ao indivíduo, à sua personalidade, às suas liberdades pessoais, de pensamento, de religião, de reunião e econômica, enfim, pela garantia de suas opções e desde que sejam reconhecidos seus próprios limites, na fronteira dos direitos dos outros.

Em segundo lugar chama-se a atenção para os direitos sociais que incluem o direito ao trabalho, à assistência, à educação à saúde e superação da pobreza e da miséria. Direitos estes que implicam na ação do Estado para manutenção e segurança das condições dignas de vida e de qualidade de vida a todos os cidadãos de uma dada sociedade. Universalizar os direitos sociais por meio ds políticas públicas é, por conseguinte, eliminar a exclusão social, porque eles representam também os direitos de participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida. Pino (2007) assinala que às violências interpessoais associam-se outras práticas que igualmente são a negação dos Direitos Humanos.

Para superar esse cenário a Educação em Direitos Humanos (EDH) se mostra como uma importante estratégia, apesar de recente no Brasil e na América Latina. A EDH está presente em documentos internacionais desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 2013). A EDH é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação de sujeitos de direitos, articulando várias dimensões como a apreensão de conhecimentos sobre Direitos Humanos, a afirmação de valores, atitudes e práticas que expressem uma cultura de Direitos Humanos, a afirmação de uma consciência cidadã, o desenvolvimento de processos metodológicos participativos, o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos DH.

Em acordo com o Programa Mundial de EDH da ONU, o nosso Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) considera que os Direitos Humanos são uma área de conhecimento transdisciplinar que deve estar presente na formação de todas e

todos. No entanto, para que essa realidade se efetive se faz necessário conhecer o que a população pensa e sente em relação aos Direitos Humanos, visando construir para a sua afirmação.

3.3. Abordagem Baseada em Direitos Humanos ou Human Right Based Approaches

Abordagens Baseadas em Direitos ou em inglês Right Based Approaches (RBA) é uma metodologia recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e utilizada por agências multilaterais e ONGs, para projetos e programas que trabalham com o direito ao desenvolvimento, especialmente, em setores como educação, saúde, governança, água, nutrição, saneamento básico, HIV/AIDS, emprego, relações de trabalho, relações sociais, desenvolvimento econômico sustentável entre outros.

Normalmente as referências a essa metodologia são encontradas na rede mundial de computadores de diversas formas. As mais comuns são: no singular “Abordagem Baseada em Direitos” (Right-Based Approach); no plural “Abordagens Baseadas em Direitos” (Right-Based Approaches); ou com referência aos direitos humanos “Abordagens Baseadas em Direitos Humanos” (Human Right-based Approaches). É comum também a expressão “Abordagem Baseada nos Direito para o Desenvolvimento” ou (Right-Based Approach to Development).

Os usuários dessa metodologia concordam, no entanto, que não existe uma única forma de utilização dessa metodologia, cada grupo, considerando sua situação particular, constrói seu método com base nos princípios e procedimentos comuns da RBA. Nesse aspecto, concordamos que não existe uma única abordagem baseada em direito, mas uma diversidade de formas de abordagens baseadas em direitos que se aplicam as diversas áreas do conhecimento. Em nosso caso, utilizamos a expressão “Abordagens Baseadas em Direitos” no plural ou a sigla RBA respeitando a idéia de pluralidade de iniciativas.

As abordagens baseadas em direitos partem da concepção de que os Direitos Humanos são devidos em todos os regimes e culturas e estão inseridos em normas universais expressas em Declarações, tratados e acordos internacionais, são direitos humanos:

[...] aqueles direitos considerados indispensáveis a todos os seres humanos, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral (BENEVIDES, 2004).

Os Direitos Humanos são considerados pela RBA como universais, inalienáveis, indivisíveis, imprescritíveis, interdependentes e inter-relacionados e devido a todas as pessoas independente de raça, cor, sexo ou condição social. Como o seu foco, contudo, está nas pessoas e grupos que são mais vulneráveis, excluídas ou discriminadas, o enfoque de gênero, etnia e classe social também está na base dessa metodologia.

Essa definição de direitos humanos considera-os como um múltiplo conjunto indivisível, interdependente e inter-relacionado de direitos civis, políticos, econômicos, social, culturais e ambientais. Isto implica que o sistema internacional de direitos humanos garante, por exemplo, direitos como a saúde, educação, moradia, acesso à justiça, segurança pessoal e participação política (ROMANO e ANTUNES, 2002, p.36).

A RBA tem como referência a noção de desenvolvimento humano, normativamente orientados pelos princípios de Direitos Humanos presentes nas declarações, pactos, convenções e tratados internacionais, a exemplo da Carta Internacional dos Direitos Humanos que é constituída pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDHESC) e pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e seu protocolo facultativo. Outros documentos importantes para a RBA são: a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento (1986); a Declaração de Direitos Humanos e Programa de Ação de Viena (1993); e da Declaração e Objetivos Internacionais do Milênio da ONU.

O conjunto desses documentos internacionalmente aceitos, que protegem os direitos humanos, fornece padrões reconhecidos globalmente do que significa viver com dignidade, mostrando-se também, como sistema jurídico de considerável força e

legitimidade social no plano internacional e nacional, desde o fim da segunda guerra mundial. Segundo Romano e Antunes (2002, p.35).

“A abordagem com base em direitos para o desenvolvimento é uma estrutura conceitual que assenta em padrões e operacionalização voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos. Ela integra as normas, padrões e princípios do sistema internacional de direitos humanos em planos, políticas e processos de desenvolvimento. As normas e standards são aqueles contidos no rico acervo de tratados e declarações internacionais. Os princípios incluem: igualdade, equidade, prestação de contas, empoderamento e participação.”

A RBA é também uma estratégia para efetivar o direito humano ao desenvolvimento (Right-Based Approach to Development). Essa estratégia apaga as distinções entre direitos ao desenvolvimento e direitos humanos e tem como objetivo reduzir a dependência das comunidades de ajuda externa e melhorar a capacidade dos governos de atender as necessidades da população. Com essa estratégia afirmamos que na base das abordagens baseadas em direito está não só o trabalho de defesa e promoção dos direitos humanos da população, mas a construção de políticas públicas e ações afirmativas junto ao Estado.

Essa perspectiva coloca a cidadania e os direitos humanos não só como “o direito a ter direitos” (cidadania negativa), mas “o direito a construir novos direitos” (cidadania positiva). Nesse aspecto, a comunidade deve ser preparada a não só conhecer quais são os seus direitos, mas como eles podem ser exigidos junto ao Estado. Deste modo, a RBA é uma estratégia utilizada por Agências Multilaterais, ONGs, Institutos de Pesquisa e Universidades para efetivar o direito humano ao desenvolvimento sustentável, mas, também, para desenvolver projetos de pesquisa aplicada e extensão em direitos humanos ou que tragam em seu bojo preocupações com a cidadania.

3.4. Resiliência social

A resiliência é um conceito que vem da biologia para as ciências humanas. Do ponto de vista biológico, a resiliência pode ser vista como a capacidade do indivíduo em lidar com os problemas, superar obstáculos, ou resistir a pressão de situações adversas. A resiliência de um indivíduo depende da interação e adaptação aos sistemas complexos que temos em nossa natureza e meio social, como a família, a comunidade, aos amigos etc. No campo social a resiliência tem sido compreendida como a capacidade dos sujeitos, de forma individual ou coletiva, seja ela biológica, física, social ou política, de enfrentar, vencer, fortalecer e transformar situações adversas do cotidiano em alternativas de (sobre)vivência.

Nas ciências humanas a resiliência tem sido compreendida com categoria conceitual que está ligada ao desenvolvimento humano, social, cultural e econômico, incluindo as diferenças etárias e culturais, de gênero e sociais, sobre como os seres humanos encontram diferentes estratégias de superação das adversidades, desde catástrofes naturais a conflitos sociais. Nesse sentido, a resiliência tem sido por nós estudada como a capacidade de superar as desigualdades sociais e as violações aos direitos humanos.

Em nossas estratégias unimos a discussão de Paz e Desenvolvimento Social, porque não há como ter pacificação social se não houver formas de desenvolvimento sustentável que inclua o maior número de pessoas. A defesa dos direitos humanos requer não só uma prestação negativa do Estado, ou seja, não violar os direitos humanos das pessoas, mas uma prestação positiva que está relacionada com políticas públicas de educação, saúde, saneamento básico, alimentação, moradia etc. As discussões sobre economia criativa e colaborativa estão dentro dessa linha de atuação.

4. DIREITOS HUMANOS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

4.1. Educação formal, não-formal e informal como forma de promoção dos direitos humanos e mediação de conflitos no ambiente escolar

O OBEDHCV tem em sua linha de atuação que a primeira diretriz na promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, prevenção e mediação de conflitos no ambiente escolar é a (in)formação voltada para uma cultura de direitos humanos. Nesse sentido, a estratégia adotada é a formação de um ambiente favorável a que essa cultura floresça com ações de formação e capacitação. Múltiplas linguagens são utilizadas, o texto escrito, o vídeo documentário, o teatro, a poesia, o cine debate, todos os recursos são utilizados para a difusão de uma educação em e para os direitos humanos. A efetivação das políticas públicas de direitos humanos expressa nos Planos governamentais necessita, para ser efetivada, da formação de uma “massa crítica”, isto é, da conscientização das pessoas para importância de uma cultura de respeito ao outro (alteridade).

4.2. Protagonismo dos movimentos sociais, participação e representação

Efetivar os direitos humanos significa respeitar o direito de todos. Essa expressão “todos” significa todas as pessoas independente de gênero, classe, raça, opção religiosa, opção sexual, etc, reconhecendo a sua “presença” que se manifesta na participação ativa, a diferença expressa na diversidade social e no “dizer”, isto é, no falar dos diversos grupos sociais que manifestam suas visões de mundo.

Os direitos humanos e a mediação de conflito no ambiente escolar exige a convivência e respeito às diferenças, no campo oposto está a intolerância que leva ao ódio e a violência. Nesse sentido, o OBEDHCV promove rodas de conversa nas comunidades, cursos de extensão com intervenção nas comunidades, bem como outras formas de valorização dos direitos humanos. Está presente na internet e na redes sociais com o Portal Mbote socializando informações de direitos humanos. O portal Mbote (www.portalmbote.org) é o ponto de encontro virtual da rede de direitos humanos que está sendo formada.

4.3. Participação em fóruns e diálogo com as instituições de educação, justiça e segurança pública

A atuação com ator social às vezes é requerida, nesse sentido o projeto integrou o Fórum de Mediação de conflitos no ambiente escolar promovido pela Secretaria de Educação de Camaçari-Bahia; participou de discussões no Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Estado da Bahia, participou de discussões na SECADI/MEC e foi delegado representando as universidades em Conferências e encontros de direitos humanos.

4.4. Resignificação do público, participação ativa e dever cívico de cidadania

A participação ativa requer do indivíduo uma ressignificação do espaço público e interesse pelas coisas de sua comunidade. O combate a cultura patrimonialista, a ressignificação do público e o estímulo a participação ativa são também estimuladas pelo OBEDHCV em seu trabalho.

5. CONCLUSÃO

Vivemos um momento histórico em que o Brasil reúne uma série de condições econômicas, sociais, políticas, educacionais e tecnológicas para melhorar a condição de vida de sua população e a realização dos direitos humanos deixa de ser uma utopia e se constitui como uma possibilidade histórica real e concreta para toda a humanidade. Se com o fim da segunda guerra mundial a humanidade chegou a compreensão de que não pode deixar a dignidade humana ao arbítrio de governos locais, nas últimas décadas a



redemocratização dos Estados nacionais na Região (América Latina) tem proporcionado a emergência de um novo modelo Estado orientador, regulador e promotor da cidadania e dos direitos humanos.

As políticas públicas e as ações afirmativas cumprem um importante papel nesse modelo, é através delas que o Estado pode realizar os direitos humanos combatendo as causas estruturais da pobreza e exclusão social. A educação, a (in) formação são fundamentais para que esse processo ocorra, já que o processo de participação cidadã é essencialmente um processo educativo em que administradores e administrados precisam ser formados para o exercício pleno da cidadania e da democracia. De um lado, é preciso investir na formação da sociedade civil, tornando-a organizada e apta a reivindicar das autoridades seus direitos previstos na legislação. Em relação aos gestores é preciso prepará-los para o trabalho com a diversidade social e de responsabilização no que diz respeito ao combate as violações e a promoção de direitos humanos.

A metodologia da Abordagem Baseada em Direitos Humanos desenvolvida pelo OBEDHCV tem como base o pressuposto de que é preciso educar o povo na perspectiva de seu empoderamento, tendo como base as noções da Educação em Direitos Humanos (EDH) e da Educação Popular. Enquanto metodologia de pesquisa enquadra-se como uma pesquisa qualitativa, de pesquisa na ação que busca envolver a comunidade no processo de construção e difusão do conhecimento.

Do ponto de vista da transição do projeto, os respectivos coordenadores mantêm os projetos em atividade mesmo sem as bolsas e o apoio da CAPES. No caso da UNEB, o projeto foi OBEDHCV foi transformado em um Laboratório de Pesquisa aplicada em ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, estando vinculado ao Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades.

5. REFERENCIAS

BOESEN, Jakob Lirkemann e MARTN, Thomas. Applying a rights-based approach: an inspirational guide for civil society. The Danish Institute e for Human Rights. Copenhagen, Dinamark, 2007.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Disponível em <http://www.sdh.gov.br>. Acesso em 15.09.2016.



BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), versões I, II e III. Disponível em <http://www.sdh.gov.br>. Acesso em 15.09.2016.

BRASIL. Resolução nº 01 que institui as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. CNE: Brasília. 2012.

PINO, Angel. Violência, Educação e Sociedade: Um Olhar sobre o Brasil Contemporâneo. Revista Educação e Sociedade. vol.28 no.100 Campinas Oct. 2007.

ROCHA, José Cláudio. Metodologia da Pesquisa Para a graduação e pós-graduação presenciais e EAD: uma introdução à abordagem baseada em direitos. Editora Appris, Curitiba, 2012.

ROCHA, José Cláudio. A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade. EDUNEB, Salvador, Bahia, 2008.

ROCHA, José Cláudio. Guia de Educação em Direitos Humanos, UNEB, Camaçari, 2009.

ROCHA, José Cláudio e ROCHA, Denise A.B.F. Metodologia para a Extensão em Educação em Direitos Humanos: Programa de Extensão Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã, Camaçari, UNEB, 2009.

ROMANO, Jorge O. e ANTUNES, Marta. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro, ActionAid Brasil, 2002.

_____. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro, ActionAid Brasil, 2002a.

